

Carolina Costa Resende¹

A abordagem interdisciplinar dos *paradoxos do mundo contemporâneo* é um convite à reflexão a respeito das infinitas possibilidades dialógicas entre a ciência, a Filosofia e a História. A dialética *Inclusão x Exclusão*, por sua vez é uma temática clássica da civilização que permite colocar em questão o desenvolvimento dinâmico e sócio histórico da humanidade em sua dimensão antropológica, política, jurídica e também subjetiva.

A ideia de inclusão fomenta iniciativas e o apreço em se facultar direitos econômicos, sociais, civis e culturais a todos, independentemente do sexo, da idade, crença, etnia, orientação sexual ou deficiência. Esse é o grande projeto de uma sociedade inclusiva e democrática cujos princípios de igualdade e liberdade resultam na ideia de uma justiça social pautada na integração universal, plural e equitativa dos seres humanos no tecido social.

Por outro lado, o fenômeno da exclusão social coloca em cheque o ideal contemporâneo de democracia e cidadania, denunciando o fracasso ético, estético e político de um projeto de civilização cujo máximo valor é a defesa de uma vida digna e cheia de sentidos.

Iniciamos nossa reflexão, estabelecendo uma relação dialógica entre a intenção fundamental de um projeto de Estado democrático e o *modus operandi* da relação indivíduo x sociedade x trabalho x consumo para articular novos sentidos e enriquecer a ainda mais a leitura dos artigos que compõem este *dossiê*.

Parece óbvio que a exclusão não existe em si, senão como o inverso da inclusão. A inclusão de uns não parece possível sem a exclusão de outros. Nesse caso, é a cidade, é o nosso mundo inteiro que é afetado pelo fenômeno da exclusão e não apenas os excluídos. O processo de inclusão social circunscreve-se em vários círculos, a saber: o círculo de raça; de gênero; de

¹ Doutora em Psicologia (PUC Minas), professora da PUC Minas.

deficiência/normalidade; de política; de economia; de classe social; de religião, entre outros. Não há, necessariamente, um engendramento mecânico entre tais círculos, mas a exclusão de um desses círculos afeta o processo de inclusão como um todo, de tal maneira que um excluído economicamente tem menos possibilidade de intervir na vida política, mas não chega a anulá-la totalmente. Da mesma forma, a dominação de gênero não pode anular a existência dos movimentos feministas, alternativos ou homossexuais. É comum, no entanto, acontecer de a exclusão de um círculo levar à exclusão de outros. É como se todas as outras designações que o indivíduo tinha ficassem congeladas porque essa última qualificação (de excluído) desqualifica todas as outras.

A exclusão, de certa forma, torna explícito ainda o processo de dominação na medida em que a dominação acontece a partir da imposição de uns sobre outros, sendo esses últimos considerados como vidas descartáveis (das quais podemos dispor). Há, portanto, uma alteração na relação de alteridade, em que o dominado não pode mais fazer parte do grupo dominante nem mesmo pode contestar o porquê de estar situado do lado de fora (LE BLANC, 2011)².

E quem são os excluídos de hoje? No imaginário social, eles são frequentemente culpados de todas as formas do mal. Às vezes eles são os maus trabalhadores que preferem viver de ajuda social governamental a encontrar um emprego. Às vezes eles são os maus estrangeiros que não querem se integrar. Ou então são pessoas com deficiência; ou os casais homo afetivos; ou os indivíduos em cumprimento de pena ou mesmo os baderneiros que não param de ‘zonestar’. Essas novas pessoas da margem estão em uma grande família, a dos contra-a-lei. Sem dúvida, eles não têm muita coisa em comum. Mas estão todos enrolados na categoria dos excluídos. Pouco importa saber se os excluídos reivindicam essa categoria, como grupo de pertencimento, eles são todos desembarcados nela: os excluídos (LE BLANC, 2011).

O problema é que a cidadania não inclui o excluído. Essa separação já estava inscrita no modelo de cidadania grego, que foi definida, por Aristóteles, citado por Le Blanc (2011), por meio do estabelecimento de uma ascendência grega a partir de uma separação, de um processo de exclusão da humanidade garantido pela diferenciação entre gregos e bárbaros. Na atualidade, a

² LE BLANC, Guillaume. **Que faire de notre vulnérabilité?** Le temps d'une question. Montrouge: Bayard, 2011

possibilidade de excluir as vidas, de lançá-las fora da cidade, está estreitamente ligada à lógica de mercado, que não hesita em excluir as vidas inexploráveis.

A desumanização consiste em excluir os oprimidos do sistema. Se me encaixo no gênero de pessoa que pode provar que trabalha, que paga impostos, que tem domicílio fixo e pode exercer as competências políticas, como o voto, então, não sou apenas um ser social que é sancionado positivamente, mas, também, toda a minha vida tende a se confirmar como plenamente humana. Nessa perspectiva, a exclusão procede a uma divisão entre aqueles que exercem o poder e aqueles que não podem mais exercê-lo. A exclusão imputa o descrédito ao excluído. A crença na possibilidade dessas vidas foi desmonetizada, perdeu valor. O poder cessa de habitar os desinvestidos. Não são apenas os seres humanos que perdem suas qualidades sociais, mas são as vidas que perdem sua capacidade de persistir como vidas humanas. Assistimos ao ponto extremo da exclusão: a produção do homem inútil, de quem os outros (ou ninguém) não precisam e, portanto, a quem não reconhecem. A lógica do homem jogado fora perpassa toda a sociedade, como um elemento desse sistema (LE BLANC, 2011).

O pertencimento é proibido ao excluído; ele só tem voz quando confirma sua exclusão, quando se inscreve em estereótipos que o compreendem somente como ser de defeitos, cujos esforços para sair da exclusão não foram suficientes ou carecem de apoio.

Diante desse crítico cenário, fica a pergunta: um mundo onde não tem lugar para todos pode ainda ser um mundo?

Essa pergunta certamente sintetiza um dos grandes paradoxos do mundo contemporâneo.